



O Senado aderiu ao movimento Hora do Planeta e participará amanhã do ato simbólico em que populações, órgãos governamentais e empresas de todo o mundo são convidados a apagar as luzes durante uma hora (a partir das 20h30). O objetivo é divulgar os riscos das mudanças climáticas e as ações que buscam impedi-las. O movimento é promovido pela organização não governamental WWF (World Wildlife Fund).

Senado aprova projeto que dá assistência a mães em presídio

Estabelecimentos penais destinados a mulheres deverão ser dotados de berçários, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos e amamentá-los pelo menos até seis meses de idade, segundo proposta acolhida ontem pelo Plenário. Senadores aprovaram também projeto de decreto legislativo sobre a programação monetária relativa ao quarto trimestre do ano passado. **3**

Crédito não retorna aos níveis de antes da crise, diz Febraban

“Foi exatamente o excesso de crédito fácil que levou à crise”, afirmou ontem o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Fábio Colletti Barbosa, em audiência de duas comissões do Senado. No Brasil, de acordo com Barbosa, as grandes empresas passaram a concorrer com as pequenas na busca de dinheiro nos bancos. **5**



Garibaldi (E) e Dornelles acompanham a exposição de Fábio Barbosa a duas comissões do Senado

Leopoldo Silva

Comissão vai debater novo plano habitacional

O programa do governo federal para construção de 1 milhão de moradias gerou polêmica na Comissão de Infraestrutura e deverá ser discutido em audiência na Comissão de Assuntos Sociais. **4 e 5**



Os senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura dividiram-se entre os críticos e os defensores do programa

José Cruz

Doações foram comunicadas à Justiça Eleitoral, dizem senadores

José Agripino e Flexa Ribeiro afirmaram ontem que as doações recebidas da empreiteira Camargo Corrêa por seus partidos foram legais. Vários senadores se solidarizaram com os dois. **3**

Objetivo da discussão é instruir projeto que estabelece pagamento de indenização a pessoas prejudicadas pelo excesso da venda de passagens pelas companhias aéreas

CDR debaterá em audiência medida contra overbooking

A TRAMITAÇÃO DE diversos projetos visando coibir a prática de *overbooking* pelas companhias aéreas levou a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) a aprovar na quarta-feira a realização de audiência pública para discutir em profundidade o problema.

Deverão ser convidados para o debate autoridades da área de aviação civil; representantes das empresas de aviação e de turismo; e entidade que defende os direitos dos passageiros, conforme requerimento do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente da CDR.

A audiência tem por objetivo instruir projeto (PLS 114/04) de Serys Slhessarenko (PT-MT) que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para estabelecer indenização a passageiros prejudicados pelo excesso de reservas promovido pelas companhias de transportes aéreos em suas aeronaves. A proposta está tramitando em conjunto com os PLSs 283, 429 e 553, todos de 2007, que tratam do mesmo tema.

É a seguinte a lista das pessoas a serem convidadas para partici-



Quintanilha quer participação de convidados de vários setores

par do debate na CDR: Solange Vieira, diretora-presidente da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac); Jorge Godinho Barreto Nery, titular da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa; José Marcio Mollo, presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias; Claudio Candiota Filho, presidente da Associação Nacional em Defesa dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep); e Carlos Alberto Ferreira Amorim, presidente nacional da Associação Brasileira das Agências de Viagens (Abav).

Gilvam defende o reaparelhamento das Forças Armadas

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu quarta-feira o reaparelhamento das Forças Armadas. Ele afirmou que o Orçamento Geral da União tem de contemplar a modernização do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, onde se verifica "um sucateamento vertiginoso".

– Essa degradação compromete a segurança nacional – declarou o senador, acrescentando que "há um desprestígio absoluto das Forças Armadas".

Gilvam argumentou que o Brasil, "como líder da América Latina", não pode deixar de se apresentar como um "porto seguro para a democracia", especialmente diante das manifestações de chefes de Estado como Hugo Chávez, da Venezuela, e Evo Morales, da Bolívia, "que, de certa forma, ameaçam a estabilidade do continente".

O parlamentar informou que se encontrou terça-feira com o comandante da Marinha, Julio Soares de Moura Neto. Foi discutido, disse, o patrulhamento das 200 milhas da costa norte do país, entre outros temas.



Exército, Marinha e Aeronáutica estão sucateados, aponta Gilvam Borges

Quórum

Os senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo também discutiram a fixação de novo horário para as reuniões, tendo em vista a falta de quórum que tem ocorrido nos encontros da comissão à tarde. O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) lembrou que o horário regimental do colegiado, às 14h das quartas-feiras, coincide com o do funcionamento do Plenário do Senado.

Também Roberto Cavalcanti (PRB-PB) ponderou sobre a dificuldade de se participar de mais de uma comissão, no começo da tarde, quando os senadores já estiveram envolvidos com os trabalhos de outros colegiados importantes no período da manhã.

Leomar Quintanilha, em comum acordo com os membros da CDR, decidiu que o colegiado analisará horários alternativos para suas reuniões, de maneira a possibilitar a participação do maior número de senadores. Com esse objetivo, a próxima reunião ficou marcada para as 9h da próxima quarta-feira.

Mão Santa culpa governo pela diminuição do FPM

Mão Santa (PMDB-PI) criticou quarta-feira o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva devido à diminuição nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) às prefeituras de seu estado.

Citando matéria do jornal piauiense *Meio Norte*, o senador considerou a desoneração tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), concedida à indústria automobilística, a principal causa da redução.

Ele acusou também o Executivo de descumprir a Constituição, que define a forma de repartição das receitas tributárias entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

– A Constituição é sábia. Ela diz que o Orçamento, o dinheiro da nação, tem de ser dividido, e a divisão ela dá: são 53% para a União; 22,5% aos municípios; 21,5% aos estados; e 3% aos fundos constitucionais.

No entanto, disse Mão Santa, o governo, por meio de taxas, fica com mais de 60% do produto da arrecadação tributária.



Executivo não está cumprindo a Constituição, segundo Mão Santa



Camata (E), Maciel e Valadares na Comissão de Reforma do Regimento

Maciel: emendas aglutinativas favorecerão grandes acordos

O senador Marco Maciel (DEM-PE) sugeriu a incorporação, no projeto de novo Regimento Interno do Senado, de dispositivo sobre emendas aglutinativas – resultado da fusão de outras emendas. O parlamentar, que preside a comissão especial encarregada de estudar a reforma do regimento, ressaltou que esse dispositivo foi utilizado pela Assembléia Nacional Constituinte e, além disso, acabou sendo acrescentado ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Segundo Maciel, as emendas aglutinativas devem favorecer os grandes acordos, pois, quando os líderes estiverem em concordância em relação a uma matéria, esse instrumento tornará sua tramitação muito mais rápida.

A sugestão recebeu o apoio do relator da comissão, senador Gerson Camata (PMDB-ES). Ele observou que esse tipo de emenda, apesar de não estar previsto nas normas da Casa, já existe de forma consuetudinária, tendo sido utilizado por diversas vezes em Plenário.

Já o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou para o risco de que esse tipo de emenda seja utilizado para alterar, na calada da noite, um texto que já tenha sido amplamente discutido em comissões e em Plenário, como às vezes acontece na Câmara dos Deputados. Valadares pediu que sejam estabelecidos mecanismos para evitar essa prática.

Em resposta, Maciel afirmou que sua proposta exigirá maioria absoluta de assinaturas (ou as assinaturas de líderes que correspondam a essa maioria) para a apresentação de emendas aglutinativas, ao contrário do que ocorre na Câmara, onde é necessária a assinatura de um décimo dos deputados.

Marco Maciel anunciou que a comissão especial deve entregar até maio, "talvez já em abril", a proposta de um novo Regimento Interno do Senado. Assim que for apresentado, o texto será enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, após receber o parecer desse colegiado, encaminhado para votação em Plenário.

Malta encontra-se nos EUA com diretores da Microsoft

O presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), encontrou-se quarta-feira nos Estados Unidos com a vice-presidente corporativa da Microsoft, Pamela Passman, e com diretores da companhia no Brasil e na América Latina para discutir a assinatura de um termo de ajustamento de conduta (TAC), a exemplo do que foi firmado com o Google em 2008. A companhia, segundo o parlamentar, está preparada para formalizar o acordo.

Magno Malta propôs aos executivos da Microsoft a criação de um fórum único para combater o abuso de crianças pela rede mundial. "O mais importante é



Malta: "Empresa está se juntando ao Brasil no combate à pedofilia"

que a Microsoft está se juntando ao Brasil, de todas as maneiras possíveis, para prevenir a prática de pedofilia pela internet", disse ele, em entrevista por telefone à Agência Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

Com início às 9h, a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Marco Maciel (DEM-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Agripino e Flexa Ribeiro explicam doação

Os senadores José Agripino (DEM-RN) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) explicaram ontem as doações de campanha recebidas, em nome de seus partidos, da empreiteira Camargo Corrêa. Ambos afirmaram que as doações foram legais.

Os parlamentares apresentaram documentação para

comprovar que as doações – R\$ 300 mil para o DEM do Rio Grande do Norte e R\$ 200 mil para o PSDB do Pará – foram devidamente comunicadas à Justiça Eleitoral.

Tanto José Agripino quanto Flexa Ribeiro receberam apoio de parlamentares de diversos partidos. O presidente do

Senado, José Sarney, solicitou ao corregedor da Casa, Romeu Tuma (PTB-SP), que pedisse ao delegado responsável pelo inquérito as peças que fazem referência aos dois parlamentares. Sarney prestou solidariedade e disse que vai buscar apurar o vazamento de informações.

Agripino mostra recibo e destaca legalidade

José Agripino entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, cópia de um recibo de doação no valor de R\$ 300 mil feita pela construtora Camargo Corrêa ao diretório do seu partido no Rio Grande do Norte. O documento foi entregue após discurso em que Agripino refutou a acusação de que teria recebido financiamento ilegal de campanha, por parte da construtora.

O senador também informou que o partido vai acionar a Justiça de São Paulo para ter acesso aos relatórios das investigações da chamada Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal. Agripino disse querer comprovar a suspeita de que houve “viés político” na divulgação de seu nome à imprensa.

Sarney acolheu o documento encaminhado pelo senador do DEM e informou que o encaminharia ao corregedor Romeu Tuma. Este, por sua vez, prometeu oficial à Polícia Federal para ter conhecimento do conteúdo dos autos e pedir a apuração do vazamento.

– Essa afirmação de que ‘o Agripino recebeu uma doação ilegal’, foi feita de maneira cavilosa e com objetivo político – protestou Agripino.

Ele recebeu a solidariedade de Flávio Arns (PT-PR), Garibaldi Alves (PMDB-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP), Efraim Morais (DEM-PB), Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes (DEM-PI), Demostenes Torres (DEM-GO) e Marco Maciel (DEM-PE).

O recibo encaminhado por Agripino é de 15 de setembro de 2008. Ali se informa que a Construção e Comércio Camargo Corrêa S/A doou ao partido R\$ 300 mil, por meio de depósito na conta 10.989-4 da agência 0022-1, do Banco do Brasil. O recibo foi assinado pela tesoureira do DEM do Rio Grande do Norte, Maria de Fátima Lapenda.



Agripino aponta “objetivo político”

Flexa Ribeiro: valor foi destinado a partidos

Flexa Ribeiro demonstrou ontem, da tribuna do Senado, sua indignação com o vazamento de informações que envolvem seu nome com supostas doações irregulares da Construtora Camargo Corrêa a partidos políticos. O senador disse que a Polícia Federal “cometeu a leviandade de vazar dois diálogos, que

foram pinçados em um processo de escuta que demandou mais de um ano”. Ele se referia a um diálogo seu e outro do senador José Agripino com dirigentes da empresa, investigados pela PF por meio de escutas telefônicas. Flexa Ribeiro fez questão de esclarecer que recebeu, em nome do diretório regional do PSDB, doações que estão devidamente registradas na prestação de contas de seu partido.

– Não éramos, nem o senador Agripino nem eu, candidatos na eleição de 2008 – explicou Flexa Ribeiro. – Apenas presidimos os dois diretórios e, como tal, recebemos a doação legal, prevista pela lei que trata das doações para as campanhas políticas, doações essas feitas da conta bancária da empresa doadora para a conta bancária do diretório estadual do partido, transferidas por TED.

Flexa Ribeiro leu a íntegra dos recibos, que dão conta de dois depósitos feitos na conta de seu partido nos dias 15 e 23 de setembro de 2008. Ambos no valor de R\$ 100 mil. O senador encaminhou cópias dos recibos à Mesa do Senado.

Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que tanto Flexa Ribeiro como José Agripino estão sendo vítimas de uma “verdadeira polícia política que se montou no Brasil”. Ele ressaltou que não considera a PF uma polícia política, mas observou que o sistema de vazamentos de informações faz parte do mesmo tipo de propaganda que foi usado pelos nazistas, fascistas, estalinistas e maoístas.



Flexa Ribeiro: “Não éramos candidatos”

Senadores manifestam solidariedade

O senador Mário Couto afirmou, em aparte a Flexa Ribeiro, que, quando aparecem sinais de queda na popularidade do presidente Lula, busca-se desviar a atenção da população desse tipo de notícia.

Mário Couto observou que o dano à imagem de seu colega de bancada já está feito, e que seria preciso que o Senado desse um esclarecimento oficial à nação, para evitar o abalo moral à pessoa política de Flexa Ribeiro.

Já Wellington Salgado (PMDB-MG) defendeu a adoção de medidas que garantam a proteção da honra dos parlamentares. A seu ver, está ocorrendo uma crise de autoridade no Senado Federal.

– Desmoraliza-se qualquer um aqui nesta Casa, como está acontecendo com o senador Flexa Ribeiro e com o senador José Agripino, e não acontece nada – protestou Salgado.

Francisco Dornelles (PP-RJ) manifestou sua solidariedade a Flexa Ribeiro e partilhou sua indignação com a “divulgação

irresponsável feita pela Polícia Federal e pelo Ministério Público”.

Igualmente, Jayme Campos (DEM-MT) disse que o país está refém da Polícia Federal, do Ministério Público e de parte da imprensa nacional, “que muitas vezes não tem escrúpulos em acusar, de forma leviana, senadores, deputados e empresários”. Jayme Campos lamentou que a credibilidade de pessoas como Flexa Ribeiro e José Agripino fique abalada diante da população.

– Lamentavelmente, todos os dias temos que ficar justificando fatos como esses para os amigos, para o povo do estado, para o povo brasileiro – disse Jayme Campos.

O senador Efraim Morais ressaltou a retidão do senador Flexa Ribeiro. Efraim insistiu em que é importante apurar o que se refere à denúncia de superfaturamento na construção da Refinaria Abre e Lima, que aparece na mesma investigação da Polícia Federal. Ele lembrou

que a Construtora Carmargo Corrêa é responsável pela obra, que é uma parceria do governo brasileiro com o governo da Venezuela.

– Eu tenho a convicção – disse Efraim – de que nós devemos ir até à Refinaria Abreu e Lima para tentar saber o que está acontecendo com essa obra lá em Pernambuco.

Em seu aparte, Heráclito Fortes disse considerar que os senadores estão dando demasiada atenção às acusações de recebimento de doações que foram feitas na campanha passada. A seu ver, a operação da Polícia Federal foi destinada, especialmente, a apurar a possível existência de superfaturamento na Refinaria Abreu e Lima.

– Agora, a operação precisa continuar, é preciso que se apure se é verdade que houve superfaturamento na construção da usina. Aí sim, ali está havendo um propinoduto, não para questões passadas, mas para questões futuras, e de um futuro bem próximo.

Proposta aprovada pelo Plenário garante à detenta atendimento médico pré-natal e após o parto

Presídio feminino pode ser obrigado a manter berçário

O SENADO APROVOU o projeto que assegura às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. Entre os benefícios está o acompanhamento médico à mulher no pré-natal e no pós-parto e atendimento clínico ao bebê. A proposta (PLC 105/03) retornará à Câmara, já que a relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Serys Slhessarenko (PT-MT), incorporou duas emendas à matéria.

De acordo com o texto, os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos e amamentá-los, no mínimo, até os seis meses de idade. As penitenciárias também deverão ter uma seção para gestantes e parturientes e creche para abrigar crianças maiores de seis meses e menores de sete anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

O texto estipula como requisitos básicos para funcionamento



Fotos de Gerardo Maggelo

Serys relatou o projeto, que volta à Câmara, na Comissão de Justiça

da creche o atendimento por pessoal qualificado, de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação educacional, e em unidades autônomas. O horário de funcionamento deve garantir a melhor assistência à criança e a sua responsável. Para o cumprimento das medidas, deverão ser observadas as normas de finanças públicas, conforme uma das emendas apresentadas pela Comissão de Justiça.

Senado aprova a programação monetária do 4º trimestre de 2008

O Plenário aprovou ontem projeto de decreto legislativo sobre a programação monetária relativa ao 4º trimestre de 2008. O documento (PDS 270/08) explicita as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e estipula metas indicativas de sua evolução para o período. A programação é acompanhada da descrição do comportamento previsto para a economia nacional nos três últimos meses de 2008 e as justificativas pertinentes. A matéria segue agora para análise da

Câmara dos Deputados.

Em seu parecer, o relator da proposta, Romero Jucá (PMDB-RR), observa que a programação monetária indica a expansão nominal dos principais agregados compatível com o crescimento esperado e com as características sazonais da economia, além das taxas de inflação e de câmbio.

O senador lembra, no entanto, que o documento foi elaborado antes da crise financeira global, que teve início nos Estados Unidos em setembro de 2008.

Mário Couto voltará a colher assinaturas para CPI do Dnit

A partir da próxima semana o senador Mário Couto (PSDB-PA) iniciará uma nova coleta de assinaturas para tentar garantir a instalação de comissão parlamentar de inquérito sobre supostas irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Na terça-feira, foi lido requerimento de Mário Couto com o mesmo objetivo. A CPI, porém, não pôde ser instalada porque quatro senadores retiraram suas assinaturas do documento.

O senador atribuiu o fato a ordem que teria partido do presidente da República. Segundo Mário Couto, denúncias são investigadas quando interessa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Do contrário, afirmou,



Mário Couto disse que apresentará na terça novas denúncias contra o órgão

o Palácio do Planalto pressiona para inviabilizar a apuração dos fatos.

Mário Couto informou que na próxima terça-feira deverá retornar à tribuna do Plenário para apresentar novas denúncias contra o Dnit.

Efraim Morais, Flexa Ribeiro e Inácio Arruda foram indicados para acompanhar, pela Comissão de Infraestrutura, audiência na CAS com o ministro Márcio Fortes sobre o Minha Casa, Minha Vida

Senadores querem ser ouvidos sobre reduções do IPI e do IR

Toda as vezes que o governo decidir reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR) sobre algum produto, como aconteceu recentemente em relação a automóveis, deverá antes ouvir os senadores que representam os estados atingidos pela resolução. Essa é a posição de Eliseu Resende (DEM-MG), vice-presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que será o relator de uma minuta do colegiado, com sugestões sobre o tema, a ser entregue ao presidente Luiz

Inácio Lula da Silva.

Eliseu Resende, incumbido ontem para a tarefa pelo presidente da CI, Fernando Collor, disse que a medida é necessária, pois os senadores representam os estados e estão aptos a avaliar os efeitos que as isenções trarão para os caixas municipais e estaduais.

— O governo precisa ser alertado porque toda vez que reduz a cobrança de IPI ou do IR está retirando recursos de tributos que não pertencem à União — frisou.



Flexa Ribeiro (E, na 1ª foto) e Goellner (D) criticaram o programa, defendido por Serys. Fernando Collor (E, na 2ª foto, ao lado de Eliseu Resende) leu carta de Dilma Rousseff sobre o pacote



Inácio Arruda pede novo modelo de funcionamento das agências

Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu mudanças no modelo de funcionamento das agências reguladoras, para que atuem mais equilibradamente na defesa dos interesses da sociedade. Sua manifestação aconteceu em reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, ao ser aprovado parecer da senadora Serys Silhessarenko favorável ao arquivamento do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Anual de 2007, elaborado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

— A existência das agências é

importante porque cumprem um papel a elas destinado depois das privatizações. Hoje o que se vê é que essas agências funcionam como verdadeiros advogados das empresas que compraram a exploração desses serviços, de luz, telefonia, entre outros, na bacia das almas nos processos de privatização — disse o senador.

Em seu parecer, Serys lembrou que a agência não é obrigada a prestar contas ao Senado, mas à Controladoria Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Audiências sobre grandes temas nacionais começarão no dia 7

A Comissão de Serviços de Infraestrutura iniciará em 7 de abril amplo debate sobre temas considerados vitais para o pleno desenvolvimento do país. Entre os assuntos a serem discutidos estão recursos energéticos; telecomunicações; infraestrutura e políticas públicas; tecnologia da informação; fármacos e medicamentos; inovação e desenvolvimento econômico; agências reguladoras; saúde e regulação; e integração da América do Sul.

As audiências trarão ao Senado mais de 50 especialistas, além de autoridades governamentais. As reuniões se estenderão pelos próximos meses e ocorrerão sempre às segundas-feiras, a

partir das 18h.

Ontem ficou decidido que cada audiência contará com, no máximo, cinco participantes. A maioria dos painéis será realizada em conjunto com as comissões permanentes da Casa, de acordo com os temas a serem abordados.

Entre os convidados estão o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho; o ex-deputado Delfim Neto; os economistas Luiz Carlos Mendonça de Barros e José Márcio Camargo; o ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner; e Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib).

Comissão modifica a forma de cobrança por saneamento básico

Foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura projeto de lei do senador Romeu Tuma (PTB-SP) que proíbe cobrança de taxas relacionadas ao saneamento básico enquanto não forem executadas as instalações operacionais, e os serviços de saneamento básico não forem efetivamente prestados.

Em seu parecer, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) lembrou que o objetivo da propos-

ta (PLS 295/08) não é regular os vários serviços abrangidos pelo conceito de saneamento básico, mas impedir a prática abusiva de cobrança conjunta pelos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos casos em que a prestação do segundo não ocorra efetivamente.

O projeto segue agora para votação, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Senadores se dividem sobre o novo plano habitacional

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve discutir o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, lançado quarta-feira pelo governo federal com o propósito de financiar a construção de 1 milhão de residências. Essa intenção foi manifestada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) durante reunião do colegiado realizada ontem, quando o senador Fernando Collor (PTB-AL), presidente da CI, leu carta da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, encaminhando os detalhes do plano aos integrantes da comissão.

Flexa Ribeiro disse que não é contra o programa, mas considera que precisa ser muito bem explicado para que não parem dúvidas sobre a real intenção do governo.

— Esse plano parece superficial, pois se fala em construção de 1 milhão de casas sem prazo definido. Nós preci-

samos saber se não é um estelionato eleitoral, porque me parece mais um programa midiático — criticou Flexa Ribeiro.

Marconi Perillo (PSDB-GO) falou que sua percepção é que Minha Casa, Minha Vida é mais uma medida de marketing e não tem características de efetividade. Ele citou exemplos de programas lançados pelo governo, como o Fome Zero e o de Aceleração do Crescimento (PAC), que, a seu ver, não estão sendo concretizados.

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou não estar convencido da capacidade de execução do programa. Ele recomendou que o governo atente antes para a questão da regularização fundiária. Preocupação similar foi citada pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT), para quem o plano não pode deixar de atender às necessidades de moradia nos pequenos povoados, vilas e distritos do país. Para Goell-

ner, o meio rural também precisa ser contemplado.

Defesa

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT), no entanto, comemorou o lançamento do programa, especialmente porque os financiamentos poderão ser liberados em nome das mulheres, o que antes não acontecia, frisou. Ela salientou que até agora somente os homens são os titulares dos contratos de empréstimo para compra de moradia.

Paulo Duque (PMDB-RJ) defendeu o Minha Casa, Minha Vida e disse que o importante, no campo da moradia própria, é começar de algum ponto.

— Não adianta ficar criticando e começar um programa dessa natureza com negativismo. É preciso começar de alguma maneira, e eu estou torcendo para que esse programa dê certo — declarou o senador pelo Rio



Ideli questiona oposição e imprensa pelas críticas ao programa

Ideli avalia que plano é ousado, não eleitoreiro

Ideli Salvatti (PT-SC) criticou o que considera “um tratamento equivocado” dado pela imprensa e oposição ao programa habitacional lançado pelo governo. Em sua avaliação, o plano é ousado por destinar-se à população que tem renda entre um e três salários mínimos, e não deveria ser taxado de “eleitoreiro”.

— O que querem a oposição e determinados segmentos da opinião pública? Que não se governe? Como se, pelo fato de termos eleição em outubro do ano que vem, mais nada se pudesse fazer. Quando beneficia a população mais sofrida, aí [o plano] é eleitoreiro. Quando beneficia setores da classe média, da classe alta, grandes setores produtivos, aí a medida é correta.

A senadora disse que a mesma crítica foi feita quando o governo ampliou o número de beneficiários do Bolsa Família e aumentou o valor do benefício.

De acordo com Ideli, a redução do IPI para automóveis foi bem recebida porque não favorece as famílias mais pobres.



Marisa Serrano afirma temer que programa se perca “na burocracia”

Senado deve fiscalizar Minha Casa, Minha Vida, diz Marisa

Marisa Serrano (PSDB-MS) apresentou requerimento de criação de comissão temporária externa para acompanhar a execução do programa Minha Casa, Minha Vida. A senadora argumenta ser imprescindível o exercício do papel fiscalizador do Senado, que deve ser feito em “tempo real”, de modo a tornar possível a intervenção para sugerir correção de rumos e coibir desvios contrários ao interesse público.

A Casa, diz Marisa Serrano, deve verificar se o Estado vai atuar com eficiência na aplicação dos R\$ 34 bilhões anunciados e se entregará 1 milhão de moradias para a população de baixa renda conforme o prometido. O temor, observa ela, é que o programa se perca “na burocracia e em irregularidades”.

A comissão teria cinco senadores e igual número de suplentes, e poderia realizar audiências públicas, diligências externas e requerer informações, no período de um ano, prazo previsto para seu funcionamento. O requerimento precisa ainda ser aprovado em Plenário.



Paim: 400 mil casas serão para famílias com até três salários mínimos

Paim prevê a criação de mais de 2 milhões de empregos

Paulo Paim (PT-RS) elogiou o programa Minha Casa, Minha Vida, para a construção de 1 milhão de habitações. Um dos resultados positivos do plano, disse, será a criação de mais de 2 milhões de empregos.

O senador explicou que o programa terá R\$ 34 bilhões, sendo R\$ 28 bilhões de subsídio e R\$ 6 bilhões para financiamentos à infraestrutura e à cadeia produtiva. R\$ 16 bilhões garantirão a construção de 400 mil casas para famílias com renda entre zero e três salários mínimos. Ele citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segundo os quais o déficit habitacional nessa faixa de renda alcança 90,9% das famílias. Entre três e seis salários mínimos, o déficit é de 6,7% e, entre seis e dez salários mínimos, 2,4%.

A região Sudeste, onde o déficit é maior (36,4%), receberá 363,9 mil casas. Seguem-se as regiões Nordeste, com 343,1 mil casas; Sul, com 120 mil; Norte, com 103 mil; e Centro-Oeste, com 69,7 mil habitações.

Além da inadimplência, contribuem para aumentar os juros sobre empréstimos os custos administrativos, os tributos e o compulsório depositado no BC, afirma o presidente da Federação Brasileira de Bancos

Para Febraban, cadastro positivo reduziria juros

VÁRIOS SENADORES QUESTIONARAM ontem o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Fábio Colletti Barbosa, sobre os elevados lucros do sistema bancário nos últimos dez anos, contrastando com os elevados spreads que os bancos cobram no país. Barbosa debateu por mais de duas horas com senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, presididas por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Francisco Dornelles (PP-RJ), respectivamente.

Depois de lembrar que os bancos alegam que 37,3% do spread se deve à inadimplência, Dornelles quis saber em quanto cairiam as taxas de juros se a inadimplência fosse zero. Fábio Barbosa não soube precisar um percentual, mas ponderou que cairia bastante. Disse que nos empréstimos onde há garantia, como no caso de automóveis, a taxa de juros brasileira se aproxima da taxa de países ricos.

Conforme o presidente da Fe-



Garibaldi Alves Filho e Francisco Dornelles acompanham debate no Senado com Fábio Colletti Barbosa

braban, o spread é aumentado por vários fatores. Os impostos são responsáveis por 18,3% do custo do dinheiro; os custos administrativos, por 13,5%; a inadimplência, por 37,4%; e o compulsório depositado no Banco Central, por 3,5%. Ele explicou que o lucro bancário representa 26,9% do spread. Barbosa apontou o cadastro positivo de bons pagadores, em discussão no Congresso, como um dos caminhos para se reduzir os juros.

Jayme Campos (DEM-MT) mostrou-se inconformado com

os elevados juros cobrados dos consumidores. Tasso Jereissati (PSDB-CE) opinou que há baixa concorrência no sistema bancário brasileiro e isso contribui para as altas taxas. Também criticaram os elevados spreads Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e João Tenório (PSDB-AL).

Barbosa apresentou números para provar que o crédito no Brasil continua nos mesmos níveis do ano passado, ao contrário do que ocorreu nos países ricos. O problema é que muitas grandes empresas brasileiras, que perderam crédito no exte-

rior, se voltaram ao sistema financeiro brasileiro, disputando os recursos com as pequenas e médias empresas.

Ele disse ainda que o crédito no mundo não voltará aos elevados níveis anteriores à crise por um motivo simples: “Foi exatamente o excesso de crédito fácil que levou à crise. O crédito vai voltar, mas essa situação não se repetirá”.

O empresário não acredita que o país voltará a ter elevado crescimento antes de uma retomada da economia americana.

Jayme contesta demarcação em Mato Grosso

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou ontem que encaminhou ao ministro da Justiça, Tarso Genro, requerimento solicitando informações a respeito da demarcação da terra indígena kayabi, com 1,053 milhão de hectares em um perímetro de 723 quilômetros. A área foi declarada de posse permanente dos grupos indígenas kayabis, mundukurus e apiakás numa decisão considerada pelo senador como “controvertida”.

— A Portaria do Ministério da Justiça 1.149/02 descumprir procedimentos previstos no Estatuto do Índio, além de contrariar dispositivos essenciais ao bom cumprimento do processo de demarcação. A área originalmente proposta somava 1,408 milhão de hectares, um disparate. A portaria fixa uma área de 1,053 milhão de hectares, ainda um disparate, em que pese ter reduzido ligeiramente a anomalia anterior.

— Não se pode confundir a defesa do direito à morte digna com a do direito à morte, ou seja, a defesa de métodos que apremem o fim do paciente. É o que ocorre no caso da eutanásia, que age sobre a morte no sentido de antecipá-la. Já a ortotanásia age para evitar a distanásia, isto é, o prolongamento artificial do processo de morte. A ortotanásia deixa que esse processo se desenvolva naturalmente — explicou Camata.



Jayme Campos diz ser contraditória decisão do Ministério da Justiça

Camata defende seu projeto sobre ortotanásia

“Não constitui crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada por dois médicos a morte como iminente e inevitável, desde que haja consentimento do paciente ou, em sua impossibilidade, de sua família.” É o que estabelece projeto (PLS 116/00) de Gerson Camata (PMDB-ES) que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Não se pode confundir a defesa do direito à morte digna com a do direito à morte, ou seja, a defesa de métodos que apremem o fim do paciente. É o que ocorre no caso da eutanásia, que age sobre a morte no sentido de antecipá-la. Já a ortotanásia age para evitar a distanásia, isto é, o prolongamento artificial do processo de morte. A ortotanásia deixa que esse processo se desenvolva naturalmente — explicou Camata.



Camata: “Não quero apressar mortes, mas deixar que elas ocorram naturalmente”

Mão Santa pede conclusão de ponte no Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) leu notícia publicada no jornal Diário do Povo, do Piauí, segundo a qual as obras da construção da ponte sobre o rio Parnaíba, no município de Uruçuí, “se arrastam há mais de três anos e não há um prazo para o fim da construção”. O senador criticou os governos federal e estadual pela demora.

Segundo a matéria, apenas as pilstras da ponte foram construídas até agora, representando menos de 3,4% do total da obra. O jornal diz ainda que duas placas informam valores diferentes para a construção: R\$ 4,85 milhões e R\$ 8,75 milhões. Nas placas, o prazo para a construção é de 300 dias, mas não há sinalização de data de início das obras.

O senador também lamentou que o requerimento de CPI sobre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) tenha sido arquivado, porque quatro senadores retiraram suas assinaturas do documento. Ele lembrou que os três Poderes da República exercem entre si um sistema de contrapesos, e um dos instrumentos do Congresso para frear os outros Poderes é a CPI.

Indicador que avalia crescimento econômico, bem-estar social e relação com outros países é lançado pelo Ipea durante audiência na Comissão de Assuntos Sociais

Índice vai apurar qualidade do desenvolvimento do Brasil

A PARTIR DE requerimento de Paulo Paim (PT-RS), o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, lançou ontem, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o mais novo indicador elaborado pela instituição: o índice de qualidade do desenvolvimento (IQD).

O novo índice deverá ser apurado mensalmente e é composto por um tripé que mede a qualidade do crescimento econômico, da relação do Brasil com outros países e do bem-estar da sociedade.

Pochmann divulgou o primeiro resultado já apurado, relativo a janeiro de 2009, mês em que o índice obtido foi de 225,4 – correspondente à faixa de qualidade de desenvolvimento “instável”. Nesse intervalo, que vai de 200 a 300, o IQD revela a falta de convergência entre crescimento econômico, inserção externa do Brasil e bem-estar social.

Segundo o presidente do Ipea, os resultados do indicador de bem-estar social – construído a partir de dados sobre desemprego, nível de ocupação formal, desigualdade interna na renda do trabalho, taxa de pobreza e mobilidade social – demonstraram ser ele o responsável por melhorar o desempenho da



Ladislau Dowbor, Marcio Pochmann, Paulo Paim e Carlos Alberto de Freitas (D)

qualidade do desenvolvimento brasileiro nos últimos anos. Para ilustrar seu argumento, informou que o IQD apurado em janeiro de 2009 foi 2,5 vezes maior que o de janeiro de 2002. Pochmann esclareceu que “o IQD não foi feito para acompanhar o desempenho do governo Lula, e que a comparação com 2002 foi motivada pela disponibilidade de dados estatísticos”.

O fato de o índice combinar as vertentes econômica, social, ambiental e a inserção do Brasil no cenário internacional foi elogiado na audiência pública da CAS pelo economista Ladislau Dowbor, professor-doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Em sua exposição, o secretário nacional de Economia Solidária, economista Paul Singer, considerou que o fundamental não deveria ser focar no número de beneficiários, mas nas mudanças que essas iniciativas geram nas condições de vida da população. Sobre o novo índice do Ipea, ele assinalou a importância de reunir mais informações, mas lamentou que ainda persista o caráter numérico. Ao final, o secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas do Tribunal de Contas da União (TCU), Carlos Alberto Sampaio de Freitas, considerou que “é sempre bem-vindo o surgimento de novos indicadores de desempenho baseados em diferentes perspectivas”.

Paim quer discussão sobre novo indicador do Ipea

Paulo Paim deve propor a apresentação, em Plenário, do índice de qualidade do desenvolvimento “para que a exposição do novo indicador do Ipea seja feita a todos os senadores”. Paim elogiou o trabalho do instituto e lembrou que o Ipea completa, em 2009, 45 anos de criação.

– O IQD apresenta como inovação o registro da evolução da qualidade de vida no país e será de grande relevância para o trabalho feito pelos senadores em seus estados – disse.

No debate realizado na CAS, Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou o presidente do Ipea sobre a correlação entre o novo indicador e o índice de desenvolvimento humano (IDH) – utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que permite a

comparação, entre países, de níveis de riqueza, educação e expectativa de vida. Marcio Pochmann respondeu que o novo indicador é mais amplo que o IDH e não tem contrapartida em outros países.

O presidente do Ipea destacou, no entanto, iniciativas de troca de conhecimentos com institutos de pesquisa no exterior, visando combinar o aperfeiçoamento dos indicadores usados no Brasil com a ampliação da cooperação internacional na geração e análise de dados socioeconômicos e ambientais.

O economista Paul Singer, no debate na CAS, ressaltou o potencial transformador contido nos indicadores sociais, capazes de identificar falhas no processo de desenvolvimento e “inspirar decisões” dos formuladores de

políticas públicas.

Em resposta a Valdir Raupp (PMDB-RO), Pochmann informou que o Ipea estima que o produto interno bruto (PIB) do Brasil deva crescer entre 1,5% e 2,5% em 2009. A projeção consta da Carta de Conjuntura, divulgada quarta-feira pelo instituto. Ele também citou previsão de crescimento medida pelo Sensor Econômico – que avalia a expectativa socioeconômica do setor produtivo. Por essa pesquisa, o PIB deverá crescer acima de 1,6% este ano.

Participaram ainda da audiência os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Mão Santa (PMDB-PI), José Nery (PSOL-PA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Efraim Morais (DEM-PB).

Suplicy apresenta emendas propondo fim da prisão especial

A extinção da prisão especial foi defendida por Eduardo Suplicy (PT-SP). A “regalia”, segundo o senador, contraria o princípio constitucional de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

– Continuo acreditando que o disposto no artigo 5º de nossa Constituição deve ser cumprido – afirmou.

O parlamentar disse que, para propor a revogação de todos os dispositivos legais que tratam da prisão especial, apresentou duas emendas ao PLC 11/08. O projeto, segundo Suplicy, atualiza dispositivos do Código de Processo Penal (CPP), por exemplo, sistematizando o tratamento da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória, com ou sem fiança.

A prisão especial é concedida às pessoas que, pela relevância do cargo, função, emprego ou atividade desempenhada na sociedade, ou pelo grau de instrução, estão sujeitas à prisão cautelar, decorrente de infração penal. O benefício visa oferecer “um tratamento mais humano



Suplicy: “regalia” contraria o princípio de que todos são iguais perante a lei

ao indiciado ou réu” que, pelas suas posições sociais, são considerados no CPP como merecedores de melhor tratamento. Entre os beneficiados pela prisão especial estão ministros de Estado e do Tribunal de Contas da União, senadores, deputados federais, governadores, prefeitos, juizes, advogados, jornalistas, oficiais das Forças Armadas, professores e detentores de diploma de curso superior.

Em aparte, Marcelo Crivella (PRB-RJ) elogiou Suplicy pela “coerência demonstrada em toda sua vida pública”.

Sequestro-relâmpago: relator critica possibilidade de veto

O aumento recente dos casos de sequestro-relâmpago exige punição exemplar, afirmou Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ressaltando os danos causados às vítimas, “não apenas de ordem material, mas principalmente psicológica”. O senador lamentou a posição do Ministério da Justiça, que, de acordo com informações da imprensa, recomendará ao presidente Lula o veto ao projeto que tipifica esse tipo de crime.

A proposição (PLS 54/04), cuja votação foi concluída em Plenário na terça-feira, estipula penas de até 30 anos para o delito.

Segundo Flexa Ribeiro, que relatou o projeto, o Ministério da Justiça já vem manifestando posição contrária ao endurecimento da pena para o sequestro-relâmpago.

– Seria importante que o governo repercutisse o anseio da sociedade que sofre por esse malfeito e clama por uma legislação que dê aos criminosos penas exemplares – disse.

Uma das críticas do ministério ao projeto, conforme o senador, é que o texto pode conferir ao sequestro-relâmpago punição

mais grave do que a prevista para o crime de homicídio simples. Além disso, o Ministério da Justiça defende uma mudança geral do Código Penal.

Ambas as críticas foram refutadas por Flexa Ribeiro e também por Demostenes Torres (DEM-GO), para quem a manifestação do ministério “apenas esconde uma posição, de seus técnicos, favorável a penas mais brandas em toda a legislação penal”. Demostenes afirmou que a falta de uma tipificação específica para o sequestro-relâmpago dificulta a punição dos criminosos. Ele disse que os juizes estão enquadrando os delitos como roubo, extorsão ou extorsão mediante sequestro, o que permite a revisão das decisões nas instâncias superiores da Justiça. Segundo Demostenes, a própria base do governo já manifestou apoio ao projeto e dificilmente o presidente Lula seguirá a recomendação do Ministério da Justiça.

– Não há nenhum cabimento para o veto – frisou, informando que o líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), vai se esforçar pela sanção do projeto.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Romeu Tuma • Mário Couto • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo:
Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

José Cruz



Heráclito com Bianor Cavalcanti, da FGV: reestruturação em debate

Senado convoca 30 candidatos aprovados em concurso público

O Senado convoca hoje para tomar posse os 30 primeiros colocados no concurso público realizado em 2008 nas áreas de Comunicação Social e Eventos e Contatos. A lista será publicada no Boletim Administrativo do Pessoal (BAP) – a divulgação no *Diário Oficial* está prevista também para hoje. Na próxima semana, devem ser convocados mais 30.

O 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), assinalou que essa é mais uma medida tomada no propósito de enxugar o quadro administrativo da Casa e “diminuir os exageros nas despesas do Senado”. Ao explicar por que essas nomeações começam pela Comunicação Social, ele disse que, além de ser preciso começar por algum lugar, é exatamente nessa área que está se iniciando o afastamento de funcionários terceirizados.

Heráclito informou ainda que os terceirizados não serão demitidos de imediato. Afirmou que eles “vão ter prazo para sair, até porque os outros estarão em fase de adaptação”.

Ele disse também que o contrato relativo aos terceirizados está sendo renovado com uma economia de R\$ 7 milhões.

Ainda sobre essas mudanças administrativas, o 1º secretário informou que a prática de nepotismo “disfarçado de terceirização” (ou seja, a contratação de parentes de funcionários por empresas terceirizadas) está sendo alvo de providências.

– Tanto é que oito funcionários já foram afastados e, à medida que tenhamos conhecimento, novos casos irregulares serão afastados – afirmou.

Convocação

Nos próximos 30 a 40 dias, todos os 150 aprovados no concurso público realizado em 2008 para o preenchimento de várias áreas do Senado serão convocados. A informação foi dada ontem pelo diretor-geral da Casa, Alexandre Gazineo.

O diretor-geral realizou ontem sua primeira reunião com especialistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), entidade contratada para elaborar um plano de reformulação administrativa no Senado. Ao ser questionado sobre o prazo para que a fundação conclua o trabalho, Gazineo afirmou que a FGV tem “30 dias, a partir de hoje”.

Para auxiliar o trabalho da fundação, o diretor-geral anunciou que será criado o link “Voz do Servidor”, no site do Senado, para que os funcionários da Casa possam se manifestar a respeito do projeto de reestruturação.

– Será um espaço para que os servidores possam falar sobre a melhor forma de proceder à reestruturação do Senado depois desta crise – explicou Gazineo.

Também estava presente à reunião o especialista da FGV Bianor Cavalcanti, coordenador-geral do projeto para o Senado.

Já tramita na Casa projeto de site para divulgar gastos

Começou a tramitar no Senado um projeto de resolução que prevê a divulgação dos gastos da Casa por meio da internet.

Apresentada por Renato Casagrande (PSB-ES), a proposta foi lida ontem em Plenário, e deve ser encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se a resolução for aprovada, será criado o Portal de Transparência do Senado, no qual estarão disponíveis dados sobre a execução orçamentária e financeira da Casa.

Segundo Casagrande, o site conterá informações sobre licitações, contratos realizados com empresas, despesas com passagens e diárias, verbas indenizatórias e despesas com pessoal, entre outros. O senador argumentou que “é neste momento de crise que se devem buscar soluções para recuperar a capacidade de representação desta instituição”.

– O maior problema que o Senado enfrenta hoje é a cultura da Casa, que se tornou uma instituição opaca e sem comunicação com a sociedade – disse.

José Maranhão diz que “Sarney superará crise”

Recebido ontem por José Sarney na Presidência do Senado, o governador da Paraíba, José Maranhão, disse que o senador tem tudo para superar a crise resultante das críticas feitas pela imprensa contra a Casa.

José Maranhão afirmou que “crise maior” ele enfrenta desde que assumiu o governo da Paraíba em substituição a Cássio Cunha Lima, que teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Sobre as denúncias de que a empresa Camargo Correa cometeu crimes financeiros e fez volumosas doações nas eleições, o governador da Paraíba disse que elas não atingem seu estado.

“A tecnologia avança na velocidade da luz, enquanto as leis tramitam na velocidade dos veículos automotores”



Na CCT, os senadores Flexa Ribeiro, Renato Casagrande e Gerson Camata

Empresários de tecnologia querem combater pirataria

AS EMPRESAS DE *software* e de inovação tecnológica com negócios no Brasil estão preocupadas com a extensão que a pirataria intelectual adquiriu no país no últimos anos e, por isso, se engajaram no processo de elaboração de leis mais eficazes e abrangentes para combater o ilícito, informou o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele conversou ontem sobre o assunto com os representantes do setor.

– A tecnologia avança na velocidade da luz, enquanto as leis tramitam na velocidade dos veículos automotores. Queremos que os brasileiros exportem conhecimento e não talento, como acontece quando há fuga de cérebros, que procuram melhores condições de estudo e trabalho – disse.

Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que a pirataria representa um problema de polícia. O senador explicou que, no Brasil, o combate à pirataria é uma atribuição da Polícia Federal, “que é um órgão muito bom, mas não tem capilaridade”. Ele

defendeu a necessidade de serem criadas delegacias especiais para enfrentar o problema.

Renato Casagrande (PSB-ES) disse que o Brasil tem trabalhado no combate à pirataria e já decidiu montar um sistema de inovações tecnológicas, com investimentos maciços. O senador ressaltou que o país tem um grande mercado consumidor e essa é sua melhor contribuição. Para Sérgio Zambiasi (PTB-RS) a tecnologia boa e de preço acessível é a melhor arma para combater a pirataria.

A reunião contou com representantes de empresas como Apple Computer, Microsoft, Sybase, Rosetta Store, Bentley Systems, entre outros. Segundo Daniel Cooperman, da Apple, a companhia espera medidas do governo para combater o problema, antes de promover as expansões de negócios que estão programando. Ele reconheceu que o governo brasileiro está bastante preocupado com o tema.

Os empresários querem mais informações do governo sobre políticas contra tal crime.

ILB e Unilegis abrem o ano letivo de 2009 tendo como lema a busca da eficiência

Foi aberto oficialmente ontem o ano letivo de 2009 da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Durante a solenidade, o diretor-geral do Senado e vice-reitor executivo do Unilegis, Alexandre Gazineo, disse que o Senado passa pelo momento mais difícil de sua história com as sucessivas denúncias contra a Casa, que, segundo ele, prejudicam a imagem da instituição e de seus servidores. No entanto, afirmou que o presidente do Senado, José Sarney, e o 1º secretário, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), procuraram “tratar pontualmente cada desafio que surge com o objetivo de responder aos anseios da sociedade”.

Diretora executiva do ILB e vice-reitora acadêmica da Unilegis, Wânia Maione disse que

a sociedade exige respostas e eficiência de todos os órgãos da administração pública e que

o serviço prestado pelo Senado cumpra essa finalidade com melhores resultados e menores

custos.

A solenidade contou com a presença do gerente executivo



O diretor-geral do Senado, Alexandre Gazineo (E) e Wânia Maione, vice-reitora da Unilegis, coordenaram o evento

do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), Paulo Daniel Barreto Lima. Ele ressaltou que a sociedade precisa perceber os resultados da gestão pública ao utilizar seus serviços.

– Eficiência sem geração de ganho social é inócua. Eficiência é um ganho não só de recursos, mas envolve a qualidade dos serviços prestados, o ambiente em que o servidor se encontra e o seu humor ao atender o público – observou Paulo Lima.

Formatura

A Unilegis entrega amanhã, às 18h30, os certificados de conclusão do curso de graduação tecnológica a distância em Administração Legislativa, promovido em parceria com a Unisul. O curso envolveu 626 alunos

Senador que há 18 anos, como presidente da República, assinou o Tratado de Assunção, origem do bloco regional, ressalta necessidade de combater diferenças entre nações

Collor: Mercosul deve evitar "tentativas protecionistas"

O TRATADO DE Assunção, que deu origem ao Mercosul, completou ontem 18 anos. Mas ainda está longe da fase adulta, na opinião de um de seus signatários, o então presidente brasileiro e atual senador Fernando Collor (PTB-AL). Os países que integram o bloco deveriam, para o senador, buscar maior coordenação de suas políticas econômicas, como já previa o documento firmado em 1991 por ele e pelos presidentes Carlos Menem, da Argentina; Andrés Rodríguez, do Paraguai; e Luis Alberto Lacalle, do Uruguai. Em entrevista à Agência Senado, Collor disse que uma maior coordenação macroeconômica poderia ajudar a evitar as "tentativas protecionistas" e a combater as chamadas assimetrias, ou diferenças econômicas e sociais entre os países que integram o bloco.

A entrevista

Há 18 anos, o senhor, como presidente do Brasil, foi um dos signatários do Tratado de Assunção. Ao longo desse período, as suas expectativas em relação à integração regional se concretizaram?

Não, não se concretizaram, porque estamos muito atrasados em relação aos propósitos estabelecidos no Tratado de Assunção. Entre eles, a questão da tarifa externa comum, ainda não totalmente estabelecida, e a dupla tributação, um problema difícil de se resolver. E há também a questão das assimetrias que existem no campo econômico, que dificultam que haja essa integração como desejamos e como foi realizado por outros blocos econômicos no



Para Collor, o Mercosul ainda está engatinhando

pós-guerra. No mundo bipolar, diversos países procuraram se agrupar em blocos, como forma de fortalecer as suas economias. Está aí a União Européia, com uma integração vitoriosa, e o Mercosul ainda padece de avanços preconizados na Declaração de Iguazu, de 1985, e no Tratado de Assunção.

Aos 18 anos, o Mercosul estaria, na sua opinião, mais para um adolescente ou para um jovem adulto?

O Mercosul ainda está engatinhando.

E o que falta, na sua opinião, para que ele se consolide?

Falta exatamente uma tarifa externa comum, fundamental para haver a integração econômica. Não havendo isso, haverá sempre a tentação de se adotarem medidas protecionistas, pela falta de uma coordenação macroeconômica, também prevista no Tratado de Assunção e que não está sendo levada adiante de forma conveniente.

Seria o caso da Argentina hoje, por exemplo?

O caso da Argentina, por

exemplo.

O governo brasileiro deveria adotar outra postura em relação à Argentina?

A deficiência aí não é de um ou de outro. Mas do conjunto de países que hoje compõem o Mercosul. Esses países não conseguiram ainda fazer a coordenação macroeconômica do bloco.

O bloco deveria caminhar para uma moeda única?

É muito cedo para se falar sobre isso. Muitas etapas deverão ser vencidas até se chegar a esse ponto.

Qual é a sua opinião a respeito da criação do Parlamento do Mercosul?

É muito importante que o Parlamento do Mercosul seja estabelecido. O que se precisa discutir é qual é o princípio que irá nortear a formação do parlamento, se é o princípio federativo, utilizado na composição do Senado, em que cada um dos estados, independentemente do tamanho de sua população, tem o mesmo número de representantes, ou se será o sistema proporcional, em que o número de parlamentares é proporcional ao número de eleitores em cada um dos estados brasileiros.

Em sua opinião, qual é a melhor opção?

O princípio federativo é o mais justo. O mesmo número de parlamentares para todos os países que estejam fazendo parte do bloco. Mas isso não é uma posição firmada, procuro ouvir outras opiniões até contrárias a essa medida.



Embaixador aponto importância do comércio com a Venezuela

Comissão debaterá ingresso da Venezuela no Mercosul

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o embaixador do Brasil na Venezuela, Antônio José Ferreira Simões, serão convidados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para debater a entrada da Venezuela no Mercosul.

A comissão aprovou requerimento nesse sentido de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Também serão convidados os embaixadores Rubens Barbosa e Sérgio Amaral, além do governador

de Roraima, José de Anchieta Júnior. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou a iniciativa do convite ao governador e destacou a importância do tema para Roraima, que tem fronteiras com a Venezuela.

Tasso Jereissati ressaltou a relevância do mercado venezuelano para o comércio dos países membros do Mercosul, mas salientou que há divergências relacionadas com a situação política da Venezuela e a entrada do país no bloco econômico.



Na CRE, José Vicente Lessa (E), Vivacqua, Mesquita Júnior e Antônio Fernando Cruz

Indicação de embaixadores vai ao exame do Plenário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem a indicação, pela Presidência da República, do diplomata Antônio Fernando Cruz de Mello para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Ucrânia e na Moldávia. Também aprovou a indicação de José Vicente da Silva Lessa para o mesmo cargo na Namíbia, e de Arthur Vivacqua Correa Meyer, para São Tomé e Príncipe.

Antônio Fernando Cruz disse que o Brasil é o maior exportador de carne para a Ucrânia. O país adota uma política de apoio aos investimentos externos e ao comércio exterior, tendo aprovado legislação que permite aos estrangeiros comprar empresas e propriedades, repatriar receitas e lucros e receber compensações em casos de nacionalizações.

O diplomata afirmou que o Brasil abriga a terceira maior comunidade de ucranianos e seus descendentes fora daquele país. São mais de 450 mil pessoas, vivendo principalmente no Paraná. Essa comunidade incentiva importantes iniciativas de aproximação entre os dois países, segundo lembrou.

O Brasil também tem boas relações comerciais com a Moldávia para onde exporta carne (suínos, bovinos e aves) e de onde importa produtos elétri-

cos, principalmente. Antônio Fernando Cruz lembrou que o Brasil sustenta sucessivos superávits comerciais no comércio com esse país, com o qual tem relações diplomáticas desde 1993.

João Vicente da Silva Lessa, indicado para a embaixada na Namíbia, lembrou que, em 2003, o presidente Lula visitou aquele país, assinando nove tratados bilaterais. Em 2004, o então presidente da Namíbia, Sam Nujoma, esteve no Brasil.

O indicado para a embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe, Arthur Vivacqua Correa Meyer, destacou a importância estratégica desse país.

O Brasil colabora em vários projetos de cooperação bilateral e multilateral para beneficiar São Tomé e Príncipe, especialmente nas áreas de saúde, educação, gestão pública, capacitação de mão-de-obra, saúde pública, bem como no setor de segurança alimentar e merenda escolar, disse Arthur Vivacqua Correa Meyer durante a reunião da CRE. O país também já foi visitado pelo presidente Lula, em 2003, para tratar de propostas de cooperação bilateral e em 2004, para um evento da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP).

As três indicações serão agora submetidas ao Plenário.

Embaixador visita senadores em apoio a adesão da Venezuela

O movimento em favor da adesão da Venezuela ao Mercosul conquistou o apoio do embaixador do Brasil em Caracas, Antônio José Ferreira Simões. Ele visitou diversos gabinetes de senadores para demonstrar a importância do ingresso do novo sócio no bloco econômico também composto por Argenti-

na, Paraguai e Uruguai.

Simões afirmou que as trocas entre os dois países subiram 850%, alcançando US\$ 6 bilhões anuais. Desse total, US\$ 5,3 bilhões são de exportações brasileiras, e somente US\$ 0,7 bilhão referem-se às importações – formando o maior superávit da balança comercial brasileira.



Zambiasi lembra papel desempenhado pelos presidentes Sarney e Collor

Zambiasi ressalta importância de bloco para enfrentar crise

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) lembrou ontem o 18º aniversário do Tratado de Assunção – assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, no dia 26 de março de 1991 –, que criou o Mercado Comum do Sul, o Mercosul. O senador considera que neste momento, em que o mundo enfrenta uma grave crise econômica, é muito importante que a América do

Sul possa contar com um bloco econômico estruturado e com um parlamento instalado, cumprindo seu papel de articulação política.

Zambiasi explicou que o Tratado de Assunção concretizou a ação inicial adotada pelos presidentes José Sarney, do Brasil, e Raúl Alfonsín, da Argentina, materializada na Declaração de Iguazu, firmada pelos dois em

1985. O parlamentar prestou sua homenagem, também, ao hoje senador Fernando Collor (PTB-AL), que, como presidente da República, à época, representou o Brasil na assinatura do Tratado de Assunção. Sérgio Zambiasi destacou ainda o papel do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que, segundo explicou, teve atuação fundamental para aproximar os países do

Cone Sul, especialmente Brasil e Argentina, quando foi governador do estado do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre

Sérgio Zambiasi comemorou, também, o aniversário da cidade de Porto Alegre. A capital do Rio Grande do Sul celebrou, neste 26 de março, 237 anos de sua fundação.